

ENTREVISTA / Pedro do Nascimento Silva - ESTATÍSTICO**‘Não se muda o censo de um país na véspera’**

Ex-presidente de entidade internacional de estatística e funcionário do IBGE, ele diz que pesquisa é importante porque Brasil é país continental com poucos registros

Com custo estimado de R\$ 3,4 bilhões, cerca de R\$ 16 por habitante, o Censo 2020 está ameaçado por falta de recursos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu que o IBGE reduza o número de perguntas da pesquisa, à semelhança do que ocorreu nos Estados Unidos, para viabilizá-la com um custo total mais baixo. A solução é considerada inviável pelo pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, Pedro Luis do Nascimento Silva, que dirigiu o Instituto Internacional de Estatística entre 2015 e 2017.

Segundo ele, o Censo brasileiro já é “barato” e “enxuto” para a necessidade do país de conhecer bem sua população para traçar políticas públicas.

Porque o Censo é importante?

O Censo gera uma série de informações sobre a população. É um alicerce para outras pesquisas, para a tomada de decisões pelo Estado e a definição de políticas públicas. Só ele dá informações detalhadas sobre os mais de cinco mil municípios brasileiros. É a base para a União distribuir recursos a estados e municípios, direcionar

campanhas de saúde e definir a quantidade de vacinas necessárias em cada cidade, além de ser norteador da construção de escolas e da alocação de vagas. É feito em todo o mundo.

Como ele é feito no Brasil?

É organizado pelo IBGE, que segue os padrões internacionais propostos, uma vez a cada década, sempre nos anos com final zero. O próximo ocorrerá em 2020. Há três modalidades de Censo no mundo. O realizado no Brasil, em que o entrevistador vai até a casa de todas as famílias colher informações, é o tipo mais usado por outros países. São aplicados dois questionários. Todas as famílias respondem o básico. O questionário mais amplo é respondido por uma fatia das famílias, a chamada amostra.

Há outra forma mais barata e eficaz de realizar a pesquisa?

Nosso Censo é referência internacional. A ONU fez um acordo com o Brasil para capacitar países africanos a realizar o Censo. Em 2010, fomos o primeiro país continental, com grande população, a fazê-lo sem papel, com tecnologia de ponta, colocando questionários em smartphones adaptados. Esse é o planejamento que temos para 2020. Países desenvolvidos, como EUA, Austrália, Reino Unido e Canadá, enviam o questionário para a casa das pessoas, por correio ou internet, e elas respondem

voluntariamente. Essa modalidade é inviável no Brasil porque ainda temos um legado de adultos e idosos analfabetos ou analfabetos funcionais. Países que têm registros administrativos (sobre mortes, nascimentos, moradia, união civil) de grande qualidade, como Suécia, Finlândia, Dinamarca, Holanda e Cingapura, compilam as informações desses bancos de dados. Mas o Brasil ainda tem problemas com subregistro populacional.

E quanto aos custos?

Nosso Censo é baratíssimo quando comparado com outros. Brasil e EUA realizaram sua última pesquisa em 2010. Enquanto o deles exigiu investimento em torno de US\$42 por pessoa recenseada (algo em torno de R\$ 73 naquele ano) o nosso saiu por menos, R\$ 15 por pessoa, mesmo tendo um questionário a mais que o dos EUA, que só aplicaram um.

Poderíamos ter um Censo mais enxuto, como nos EUA?

O Censo brasileiro já é muito enxuto. A percepção de que ele precisa ser menor é equivocada. O questionário básico que usamos tem uma quantidade de perguntas modesta, e o mais amplo é do tamanho que é porque essa é a demanda da sociedade e do governo por informações no nível municipal. Enxugar mais envolverá sacrifício de informações essenciais. O Censo brasileiro não precisa de enxugamento. Precisa ser financiado.





Como os EUA conseguiram reduzir o seu?

Desde 1960 nosso Censo usa dois questionários. Copiamos do modelo americano. Em 2010, os EUA passaram a fazer um questionário simplificado, mas, no intervalo entre um Censo e outro, eles complementam com outra pesquisa, a American Community Survey. Durante cinco anos, três milhões de domicílios são visitados anualmente. Com ela, os EUA conseguem dar uma estimativa para aquelas áreas pequenas, que só a amostra que fazemos no Censo consegue dar. Então, na prática, eles não reduziram o Censo, mas o diluíram pela década.

Qual é vantagem desse método?

Primeiro, eles têm dados atualizados o tempo todo, não somente a cada dez anos. Em segundo lugar, eles distribuem o custo dessa operação pela década. A desvantagem é que esse custo é maior porque é preciso manter essa pesquisa funcionando por dez anos.

O Brasil tem pesquisa complementar semelhante?

Não. Nossas pesquisas não dão resultados para os municípios. Já

estudamos se seria possível reproduzir esse modelo no Brasil e chegamos à conclusão de que não há como implementá-lo porque os custos seriam muito maiores.

É possível reduzir as perguntas do Censo 2020 como o ministro Paulo Guedes sugeriu?

Censo não se muda na véspera. Nenhum país faz isso. O planejamento leva de três a cinco anos. Dessa vez (em 2020), terão de ser contratados 240 mil recenseadores. Quando chega na data, o questionário já foi todo testado, ajustado e refinado, de modo que as imperfeições sejam minimizadas e não ocorra erro importante. Não dá para um gestor chegar e dizer: “agora vou fazer diferente”. Se fizer isso, vai dar errado. Ademais, não é o tipo de decisão que o IBGE pode tomar sozinho.

Qual é o procedimento para alterar o questionário ?

Há uma comissão consultiva para o Censo formada por pesquisadores e técnicos que atuam como usuários. Esse grupo é encarregado de validar propostas de questionários. Há uma administração nova no IBGE (a

presidente Susana Guerra foi empossada em 22 de fevereiro), que está tomando pé da situação. Acredito que, quando tiver conhecimento pleno dos fatos, ela terá o bom senso de alocar os recursos necessários para se fazer o Censo planejado.

O IBGE está com dificuldades para financiar o próximo Censo. Já ficamos sem a pesquisa alguma vez?

Não. Mas já atrasou. Tivemos um episódio, de triste memória, no governo Fernando Collor (1990-1992). Estávamos com o Censo todo preparado para acontecer em 1990. Collor tomou posse e não autorizou a contratação dos recenseadores. Então, a pesquisa foi feita em 1991. Isso teve consequências. Custou caro do ponto de vista das atividades de planejamento. E todos os nossos compromissos de prestação de informação sofreram atrasos. Nessa década, tínhamos a intenção de fazer um censo enxuto, em 2015, de contagem populacional. Não foi possível. Então, hoje, estamos trabalhando com dados populacionais mais desatualizados do que gostaríamos.

Ano começa após Carnaval laranja

VINICIUS TORRES FREIRE

O mundo bolsonarista deu motivos novos para a galhofa do Carnaval, que vai ter muita fantasia de laranja, entre outras troças. Mas dureza mesmo vai ser o recomeço do ano. Na Quaresma ou nas águas de março, esse governo terá uma agenda cheia de problemas.

1) Salário mínimo.

Até 15 de abril, Jair Bolsonaro tem de enviar ao Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no qual o governo deve dizer o que fará do salário mínimo. A regra de reajuste que havia caducou.

O mínimo tem impacto nas contas da Previdência. Afeta o valor de quase 23 milhões de benefícios previdenciários e assistenciais e, de um modo ou outro, os salários de um terço dos trabalhadores, que ganham o mínimo ou menos.

Por estas semanas, mais gente do povo vai saber que Bolsonaro quer limitar a concessão do abono salarial

anual a quem ganha até um mínimo, o que atingiria mais de 21 milhões de trabalhadores, nas contas da Instituição Fiscal Independente.

2) Barganha no Congresso.

O Congresso volta a funcionar no dia 12 de março. O governo não tem coalizção partidária, organização ou lideranças para dar início à tramitação da reforma da Previdência. Assim vai continuar caso Bolsonaro não firme algum acordo de divisão de poder, o que chamava de “toma lá dá cá”. Vai ter de engolir essa conversa de campanha ou vai ter crise política e econômica. Se fizer acordo, por outro lado, vai queimar um pouco do seu filme com suas redes insociáveis.

3) Economia fria.

A economia parece se resfriar, mesmo sem ter convalidado. A criação de empregos, que era de ínfima a medíocre, perde ritmo. A confiança dos empresários diminuiu em fevereiro. Em meados de março, saem os primeiros dados de

produção e comércio do ano. A indústria deve ter encolhido em janeiro.

4) Juros.

Na semana depois do Carnaval, toma posse a nova diretoria do Banco Central. Na seguinte, tem decisão sobre taxa de juros. Há discussão agora quase geral sobre a necessidade de voltar a cortar os juros. Em meados de março, portanto, o mundinho econômico estará discutindo abertamente a estagnação crônica do país.

5) O silêncio dos Bolsonaro.

Bolsonaro falou de aguar a reforma da Previdência que nem começou a tramitar. Causou irritação entre seus economistas, preocupação entre seus generais e alarme entre os donos do dinheiro. Mais uma vez, gente graúda no governo volta a dizer que o presidente vai se comportar.

Foi o que essas pessoas disseram por ocasião dos rolos com os filhos





de Bolsonaro ou, por exemplo, quando o presidente falou de base norte-americana no Brasil ou de cancelar a venda da Embraer para a Boeing, entre outras declarações fora da casinha. Vai dar certo, agora?

6) Guerras ideológicas e outras batalhas.

Com tantos problemas sérios, o governo se permite manter ou apoiar ministros adeptos do disparate ideológico ou odiento, para não falar da incompetência palerma. Há ainda um primeiro-filho e ministros enrolados em laranjais ou caixa dois, entre outros problemas no cartório. Esses cadáveres vão continuar a boiar ou vão chegar à praia.

No dia 14, terá passado um ano do assassinato de Marielle Franco, provavelmente por milícias, as mesmas que rondam a história dos Bolsonaro. Serão dias de confrontos, lembranças e recriminações amargos.

No fim do mês, de resto, o golpe de 1964 faz aniversário, grande oportunidade de incitar ódios, viagem que os Bolsonaro não costumam perder.